

O jornalismo literário de Eliane Brum: uma reflexão sobre ética, deontologia jornalística e responsabilidade social¹

Deborah Cunha TEODORO²
Universidade Estadual Paulista, Bauru, SP

Resumo

Através da imersão em conceitos como ética, deontologia e responsabilidade social, propõe-se a análise da narrativa jornalística praticada por Eliane Brum sobre temas de relevância social, que trazem a lume o jornalismo literário como uma alternativa capaz de romper com os padrões técnicos vigentes nos meios de comunicação tradicionais, visando ao atendimento dos propósitos que coadunam com o incentivo do exercício da cidadania condizente com o atual estágio de desenvolvimento dos Estados democráticos. Com um olhar impregnado de subjetividade, a jornalista consegue propor uma visão carregada de objetividade, clareza, veracidade, exatidão, pluralidade e justiça social, em consonância com os princípios e fundamentos do jornalismo, aliando informação, interpretação, opinião e reflexão sobre temáticas de suma importância para o desenvolvimento da sociedade.

Palavras-chave: cidadania; comunicação; Eliane Brum; jornalismo literário; responsabilidade social.

Introdução

O jornalismo literário, neste *paper* exemplificado pela apreciação e reflexão de uma narrativa jornalística de autoria de Eliane Brum, representante do gênero em apreço com textos que abarcam várias classificações do jornalismo, como informativa, interpretativa e opinativa, decorrentes de pautas que refletem as demandas sociais, bem como questões filosóficas atinentes ao exercício profissional, constituem o objeto do presente estudo, cuja metodologia escolhida constou com pesquisa bibliográfica e análise documental.

Com base nesta proposta, são analisados alguns aspectos jornalísticos e literários da produção da gaúcha, apontando a densidade da narrativa jornalística que se apropria de recursos estilísticos da literatura para alcançar a produção de sentido almejada referente a relevantes assuntos de interesse social que tanto fazem parte da pauta diária das redações

¹ Trabalho apresentado no GP Gêneros Jornalísticos do XV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Graduada no curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo da Unesp, Graduada no curso de Direito pela Faculdade de Direito de Bauru da Instituição Toledo de Ensino, Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Unesp e Pesquisadora dos Grupos de Pesquisa “Mídia e Sociedade”, do Departamento de Ciências Humanas da Faac/Unesp, e “GECEF - Grupo de Estudos em Comunicação Esportiva e Futebol”, da Pró Reitoria de Pesquisa da Unesp, email: deborahteodoro@hotmail.com.

quanto de coberturas especiais em momentos estratégicos, como é o caso em análise, relacionado à segurança pública, que constitui objeto constante de atenção do jornalismo, a ponto de os meios de comunicação tradicionais destinarem editoriais específicas para a área e, às vésperas de votação de lei sobre o tema, receber atenção especial da mídia.

Neste contexto, em que são notáveis o peso e a representatividade da profissão, a ética e a deontologia jornalísticas vêm à baila, haja vista que despontam como pressupostos básicos para a existência de um jornalismo responsável, comprometido com o fortalecimento da cidadania, a ponto de ampliar o debate público relativo a assuntos que possam ter implicações diretas com os rumos da sociedade.

Levando estes aspectos em consideração, entra em cena o jornalismo literário, cujo diferencial está na primazia em contar histórias reais com responsabilidade, clareza e exatidão, por meio de uma narrativa que guarda traços com a literatura. Desta forma, o jornalismo literário pode ser considerado um gênero fronteiro, na medida em que se vale de técnicas literárias, bem como de elementos basilares e estruturais do jornalismo, para produzir um texto bem escrito, baseado em minuciosa apuração advinda de uma pauta que preze por sua singularidade, conforme pontua Genro Filho (1987):

Sem dúvida, trata-se de um gênero muito difícil, pois exige uma superposição do talento literário e de apuradas técnicas de investigação e redação jornalística, uma vez que o resultado deve articular harmonicamente os efeitos estéticos e jornalísticos, sem que um *supere* o outro. Logo, não se trata de um caminho que possa ser generalizado como substitutivo da arte ou do jornalismo, pois ele se constitui precisamente na difícil confluência de dois gêneros relativamente autônomos. (GENRO FILHO, 1987).

Para contextualizar o jornalismo literário no cenário nacional, reporta-se ao norte-americano *New Journalism* e aos primórdios deste modelo no Brasil, que guarda na revista *Realidade*, publicada pela editora Abril nos anos 1960-1970, um divisor de águas na imprensa brasileira, ao produzir reportagens que combinavam “o rigor jornalístico na apuração dos fatos com uma escrita que se aproximava da literatura.” (NECCHI, 2009, p. 105). Ainda segundo Necchi (2009, p. 100-102), neste início de século XXI, as discussões em torno do gênero estão em voga no país, tornando-se recorrentes as apostas editoriais ao lançar no mercado produtos clássicos do jornalismo literário mundial, como os livros-reportagens *Hiroshima*, de John Hershey, e *A sangue frio*, de Truman Capote, sendo este último também o mote do filme *Capote*, de Bennett Miller, lançado em 2005. Além destes

lançamentos, que estimulam a apreciação do gênero, os cursos de Jornalismo estão discutindo cada vez mais jornalismo literário, sendo que até disciplinas específicas são criadas nas graduações de algumas instituições de ensino superior. A discussão sobre o gênero também foi responsável pela criação de blogs e comunidades em redes sociais, invadindo a internet. Ademais, foi oficialmente criada, em 2005, a Academia Brasileira de Jornalismo Literário (ABJL) e, em 2006, a revista *Piauí*, em circulação com tiragem mensal.

Responsabilidade social

Bertrand, Goodwin e Aznar consideram que a Teoria da Responsabilidade Social da Imprensa pode servir de alicerce a um jornalismo ético, que tem por princípio a responsabilidade dos comunicadores com o seu público, prestando contas de suas atividades. Assim, a responsabilidade não representaria um entrave à liberdade, mas sim, seria considerada a expressão autêntica de uma liberdade positiva, já que as instituições de comunicação poderiam proporcionar um relato verdadeiro, completo e inteligente dos acontecimentos diários, de maneira contextualizada, que pudessem adquirir significado, além de propiciar um espaço para intercâmbio de comentários e críticas, com o objetivo de salvaguardar os direitos dos cidadãos (PAULINO, 2008, p. 38).

Com base nestas considerações, destaca-se que o jornalismo é uma atividade que pode colaborar com o aprofundamento da democracia, entretanto, muitas vezes, o seu exercício se depara com obstáculos impostos pelas mídias comerciais, as quais não têm atendido às demandas mínimas para o pleno exercício dos direitos civis e políticos dos cidadãos. Portanto, aos profissionais da área compete cumprir o seu papel social e fazer com que as aspirações e os interesses gerais da sociedade se sobreponham aos interesses dos grupos políticos, econômicos ou pessoais, conforme defende Karam (2014):

Para garantir o efetivo direito social à informação, deve-se circular, ao menos, ao redor de dois eixos básicos: a *democratização dos meios de comunicação*, ampliando a pluralidade e diversidade tanto de fontes quanto de propriedade – incluindo a segmentação e regionalização da produção -, e a *mudança da noção ética da profissão*, mesmo na estrutura informativa atual, que envolve um compromisso moral radical do profissional jornalista específico com sua atividade. (KARAM, 2014).

O atual estágio do amadurecimento democrático, que, segundo Rothberg (2008, p. 21), admite, acolhe e incentiva a participação nos processos de definição de políticas

públicas, exige do indivíduo uma formação incrivelmente superior a que se exigia antigamente para que ele fosse capaz de exercer sua cidadania, como votar de maneira consciente. Por isso, faz-se necessário buscar novas referências para a atuação jornalística em defesa da cidadania.

Conforme o autor, o que importa, atualmente, não é a quantidade, mas sim, a qualidade – o valor diagnóstico - da informação que pode influenciar as escolhas políticas dos cidadãos. Este valor diagnóstico está diretamente relacionado à clareza e amplitude com as quais são tratadas as questões centrais. Elementos como valores e crenças são essenciais na análise de consequências políticas. As pessoas que não percebem as políticas como consequências de suas escolhas tendem a se relacionar de modo superficial e difuso com o sistema político, ficando sujeitas a serem enganadas ou manipuladas, o que dificulta o desempenho de seu papel nas democracias contemporâneas. Para se inserirem democraticamente, os indivíduos precisam receber as informações de diagnóstico, as quais são consideradas o incentivo necessário ao raciocínio de avaliação dos efeitos de políticas. Por isso, a cobertura jornalística também deve ir além das características institucionais e conceituais das políticas públicas, abarcando as visões relevantes existentes na sociedade.

Assim como a liberdade, a democracia, a cidadania e a justiça, o jornalismo é um campo construtivo, em sua acepção construtivista, sendo considerado louvável o esforço de quem consegue agregar à notícia algo além do seu primário valor-notícia, conferindo-lhe um valor duplo. Silva (2008, p. 17-18) pontua que este é o diferencial de órgãos de imprensa que conseguem agregar valor-serviço às notícias e reportagens, acrescentando-lhes informações que propiciem uma melhor contextualização do fato noticiado e permitindo o exercício da cidadania pelo público, através da incorporação de serviços como dados, utilidade pública e contexto (cultural, social, estatístico e histórico). Esse valor agregado, composto por utilidade pública, interesse público e serviço público à notícia consiste numa apropriação coletiva, que gera uma nova compreensão das funções da notícia e do jornalista na sociedade: a socialização da informação transforma-se em saber, o que possibilita progressos políticos e sociais.

Avançando no tema, Arrueta e Fernandes (2013, p. 10) advertem que o papel social do jornalista está em transformação, sendo adaptado e estendido para uma posição menos informativa e mais interpretativa, mais literária. Por isso, os jornalistas devem melhorar sua formação, visando à atuação decisiva na propagação de atitudes mais democráticas, afinal,

“a informação tem uma função social relevante e é capaz de estimular o caráter plural de qualquer democracia.” (ARRUETA; FERNANDES, 2013, p. 11).

Ética e deontologia jornalísticas

Frequentemente utilizada como sinônimo do pensamento moral, embora seus conceitos sejam distintos, visto que a moral configura um conjunto de normas aceitas pela sociedade, levando-se em conta fatores culturais, geográficos e cronológicos, a ética (do grego, “*ethos*”, que significa hábito ou costume) deve ser compreendida como um conjunto de valores e princípios que regulam o comportamento humano, tornando-se, no caso da ética jornalística, uma obrigação prático-profissional que pode ser configurada pelo bom senso do jornalista.

Para Christofolletti (2008, p. 18), a ética “é um conjunto de processos mentais e reflexivos que derivam em práticas concretas na vida”, sendo que “as implicações de uma escolha ética podem intervir materialmente sobre a vida de pessoas e grupos sociais”, o que, no caso do jornalismo, é muito evidente, tendo em vista o alcance e a repercussão que as informações do gênero são capazes de gerar na sociedade. Portanto, as escolhas éticas podem provocar as mais diversas situações fáticas e, em circunstâncias extremas, ser responsáveis pela aclamação ou destruição de vidas, deixando claro que são determinantes na definição da responsabilidade social do jornalista, à qual se encontram intrínsecas.

Karam (2014) sustenta que é necessário diferenciar a generalização do senso comum, que faz coincidir o significado da ética da atividade jornalística com a deontologia, representada pelo conjunto de regras e princípios que regem a conduta profissional, determinando, por meio de códigos deontológicos, quais são as obrigações que o jornalista deve cumprir no exercício da profissão. Estes códigos de conduta são elaborados por instituições de comunicação, como empresas, associações e federações, estipulando normas, obrigações e limites éticos a serem cumpridos pelos profissionais da área durante o desempenho da atividade jornalística.

Exemplos destas normatizações podem ser observados em atitudes de autorregulação, tanto no âmbito da categoria profissional, como é o caso do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, elaborado pela FENAJ (Federação Nacional dos Jornalistas), quanto das ações a serem desenvolvidas pelas instituições e empresas de mídia no país, entre as quais podem ser citados o Código de Ética e Autorregulamentação e o

Programa Permanente de Autorregulamentação, ambos da ANJ (Associação Nacional de Jornais), que demonstram, em seu conteúdo, preocupação com precisão de apuração da notícia, pluralidade e diversidade de opiniões, respeito às fontes, bem como prestação de contas e transparência na relação do veículo de comunicação com o público. Considerando a credibilidade como premissa para o jornalismo de qualidade, o programa apresenta sugestões de práticas e ações alinhadas com o jornalismo independente e responsável, orientado por critérios transparentes, entre os quais se destacam o reconhecimento e a publicação de erros, além de possibilidades de relacionamento com os leitores, como canais de atendimento, fóruns de análise crítica e publicação de cartas e e-mails (ANJ, 2011). Na mesma direção, preocupado com a conduta, a responsabilidade e as relações profissionais, foi criado o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, ao qual se encontram subordinados os profissionais no exercício da atividade jornalística, conforme pode ser constatado pelo teor do artigo 3º: “Art. 3º O exercício da profissão de jornalista é uma atividade de natureza social, estando sempre subordinado ao presente Código de Ética.” (FENAJ, 2007).

Os códigos deontológicos, portanto, tendem a referendar princípios éticos relacionados aos fundamentos do jornalismo, como veracidade, exatidão, objetividade, imparcialidade e justiça. Todavia, muitas vezes, tais normatizações não são respeitadas pelos profissionais aos quais são destinadas, haja vista que estes podem violá-las sem sofrer sanções definitivas. “Uma associação pode expulsar um jornalista que conscientemente tenha infringido seu código, mas isso não proibiria necessariamente esse ex-associado de continuar exercendo a profissão”, exemplifica Puddephatt (2011, p. 13-14), que prossegue em sua reflexão, ressaltando o frequente poder dos jornalistas nas redações onde trabalham, sendo que as decisões relevantes normalmente ficam a cargo dos ocupantes do alto escalão, responsáveis por estabelecer, na prática, as prioridades editoriais do meio de comunicação, o que ratifica o limitado poder de alguns códigos deontológicos. Esta ideia também é explicada por Karam (2001), para quem esse conflito ocorre, na maior parte das vezes, devido à dupla vinculação do jornalista, sendo uma delas na função de profissional defensor da sociedade e a outra como empregado de uma empresa privada, situações em que a ética esbarra claramente nas limitações da prática. Sob este ponto de vista, os conflitos não se dariam, necessariamente, entre uma atitude correta e outra errada, ou entre duas atitudes certas, mas sim, a escolha deveria ser feita com base na situação específica vivenciada pelo jornalista (ROCHA; BULHÕES; LACERDA, 2013, p. 05).

No entanto, apesar das dificuldades em garantir que se faça cumprir a ética jornalística, muitas vezes expressa nos códigos deontológicos das instituições de comunicação, tal qual apregoam os princípios e fundamentos do jornalismo, pugna-se pela sua observância no exercício profissional em prol de uma sociedade democrática que tem na cidadania uma importante ferramenta relacionada à possibilidade de desenvolvimento nas mais variadas esferas sociais. Dessa forma, visando a avanços significativos para a sociedade, pressupõe-se que ética, deontologia e responsabilidade social permeiem o trabalho cotidiano do profissional que tem a preocupação constante de priorizar quesitos como veracidade, exatidão, objetividade, clareza, concisão, imparcialidade, pluralidade, confidencialidade das fontes e justiça, ao desenvolver seus textos jornalísticos.

Jornalismo literário

Balizado pela ética, pelo respeito à deontologia e pela responsabilidade social, o jornalismo literário, também conhecido como jornalismo narrativo, literatura não-ficcional, não-ficção criativa, literatura da realidade, jornalismo em profundidade, jornalismo diversional, reportagem-ensaio e jornalismo de autor, é capaz de encerrar em si os mais diversos gêneros e formatos jornalísticos, na medida em que propicia ao público informação, interpretação e opinião, ampliando o espaço de discussão acerca de temas relevantes para o desenvolvimento da sociedade. Neste sentido, Pena (2006, p.06) conceitua o jornalismo literário:

Significa potencializar os recursos do jornalismo, ultrapassar os limites dos acontecimentos cotidianos, proporcionar visões amplas da realidade, exercer plenamente a cidadania, romper as correntes burocráticas do lide, evitar os definidores primários e, principalmente, garantir perenidade e profundidade aos relatos. (PENA, 2006, p. 06).

Percebe-se, então, que o jornalismo literário coincide com o que se espera do jornalismo propriamente dito, ou seja, bom texto advindo de uma pauta interessante, que fuja da mesmice e dos lugares comuns, seguida de ampla e profunda apuração, com extensa pesquisa e muitas entrevistas, a fim de contar uma história real, verídica e que possibilite a reflexão. Martinez (2009, p. 80) evidencia que “esse mergulho na realidade, que tem como um dos alvos um alto nível de exatidão de informação, demanda muita pesquisa e familiaridade com a temática”. Trata-se de uma maneira de demonstrar respeito ao público,

mas que, por enquanto, parece estar situada na contramão da lógica dominante na produção jornalística contemporânea que imprimiu ao jornalismo um caráter industrial, para que pudesse ser vendido e consumido como mercadoria.

Embora seja denominado literário, este jornalismo não deve ser confundido com literatura, caso tente se valer de uma associação fruto de uma noção restritiva, uma vez que seus textos não são obras de ficção, não havendo espaço, inclusive, para narrativas ficcionais neste gênero. Assim como o jornalismo, este gênero se atém aos fatos, tendo como ponto de partida a realidade. Busca-se o relato dos fatos em si com o uso de técnicas literárias, através de uma minuciosa observação da realidade, tanto que um dos expoentes do jornalismo literário no Brasil foi a revista *Realidade*, que evidenciou no próprio nome a relação com o gênero.

Considerada por Necchi (2009, p. 105) como “a experiência mais emblemática e incensada do gênero” no país, *Realidade* foi lançada pela editora Abril em 1966, deixando de circular em 1976. A publicação contou com três fases, sendo que a primeira, em que alcançou o seu auge, durou de seu lançamento até 1968, com a abordagem de grandes temas da época, muitas vezes polêmicos, em matérias totalmente esmiuçadas que combinavam objetividade e clareza com o jornalismo literário. O estilo propiciava aos jornalistas total liberdade para escrever os textos em primeira pessoa, inserir diálogos com travessões em alusão ao discurso direto, fazer descrições minuciosas de lugares, feições e objetos, alternando o foco da narrativa de observador onipresente para testemunha ou participante dos acontecimentos, além de penetrar na mente dos seus personagens reais para reconstruir pensamentos, sentimentos e emoções com base em pesquisas e entrevistas verdadeiramente interativas. Com o endurecimento do regime militar, instaurado em 1964, a revista passou a sofrer substancialmente as consequências do arbítrio autoritário, passando a sua segunda fase, que duraria de 1969 a 1973. Além das mudanças suscitadas pela instauração do AI-5, a segunda fase resulta de dissidências internas na redação, sendo muitas delas decorrentes da censura. Com isso, o texto perde o tom de denúncia, embora o formato da reportagem não tenha sofrido mudanças bruscas, permanecendo o estilo literário, a pesquisa de campo, a investigação e o valor ilustrativo da imagem. Entretanto, *Realidade* foi assumindo, aos poucos, o modelo *newsmagazine* ou revista de informação. Na terceira e última fase do periódico, que perdurou de 1973 a 1976, as capas deram uma guinada radical e a pauta investigativa foi abandonada definitivamente, culminando com a extinção da publicação.

Calcada, portanto, na realidade, a primazia deste gênero está em contar as histórias em estilo literário, com classe, elegância e desenvoltura, revelando acontecimentos e sujeitos menos previsíveis, além de apurar os fatos com sensibilidade e sem preconceitos para, ao final, surpreender o público com o texto que dimensiona e valoriza a essência da matéria-prima do jornalismo: as pessoas e suas experiências de vida, revelando um mundo subjacente àquele encontrado nos noticiários comuns. Retoma-se, então, a ideia de que a arte de contar boas histórias é fundamental para o jornalismo, como enaltece Necchi (2009, p. 103):

Com o jornalismo literário, o autor pode ser observador ou até mesmo um participante da ação. Além do visto, o não-visto – pensamentos, sentimentos, emoções – é descrito a partir de um trabalho de campo efetivo, de uma apuração vigorosa, de uma entrevista pautada pelo tempo farto, pela atenção e pela acuidade. Os sentidos do repórter se encontram permanentemente alertas na leitura dos acontecimentos – seja uma cor esmaecida, um sopro quente, um aceno interrompido, uma textura áspera, um aroma inesperado, um suspiro que se liberta, um ranger intermitente. (NECCHI, 2009, p. 103).

Além de trazer as informações completas, somadas a uma narrativa escrita instigante, o jornalismo literário proporciona ao leitor uma visão mais ampla do acontecimento, ultrapassando a abrangência dos fatos e os limites das informações. A inserção deste modelo parte de uma preocupação constante em fazer um jornalismo que revele um mundo subjacente àquele encontrado nos noticiários convencionais, conforme constata Medina (2000, p. 65):

Montar uma grande matéria oferece dificuldades similares à estruturação de uma narrativa literária, a de um conto, por exemplo. Como em outros ângulos de análise, o caminho pode ser o já traçado pelo modelo estratificado; pode ser o da busca de um modelo dinâmico; ou pode, numa proposta radical, se orientar para o antímodo. (MEDINA, 2000, p. 65).

Gomes (1990) amplia a discussão ao ressaltar que o equilíbrio entre inovação a serviço da expressividade e clareza a serviço da eficiência da mensagem é o segredo do diálogo possível na formulação e estruturação de uma matéria e na definição do foco narrativo. Evidentemente, mais árduo se torna o papel do jornalista quando se empreende em desenvolver um trabalho cujo resultado estará situado no âmbito desta nova narrativa contemporânea, visto ser o jornalismo literário decorrente do movimento norte-americano conhecido como *New Journalism* (novo jornalismo).

Encabeçado, na década de 1960, nos Estados Unidos, por Truman Capote, Tom Wolfe, Norman Mailer e Gay Talese, jornalistas que se consideravam romancistas frustrados ou "escritores de futuro", o movimento acoplou ao jornalismo elementos literários da novela norte-americana de Ernest Hemingway, William Faulkner, John Steinbeck e John dos Passos. Segundo Genro Filho (1987), Tom Wolfe relatou que eles passavam dias inteiros, até mesmo semanas, com as pessoas sobre as quais estavam escrevendo, a fim de reunir todo o material que pudesse interessar a um jornalista e ir além. Eles precisavam estar presentes durante os acontecimentos para guardar intimidade com os fatos, visando a captar diálogos, expressões faciais e outros detalhes do ambiente, visto que, além de fornecer uma descrição objetiva completa, pretendiam oferecer algo que os leitores encontravam, até então, apenas na literatura: uma vivência subjetiva e emocional junto aos personagens. Assim, realizado com o talento que o gênero exige, o jornalismo literário consegue despertar uma percepção da realidade que sintetiza, de maneira equilibrada, aspectos lógicos e emocionais do leitor, fazendo com que ele se sinta, ao mesmo tempo, participante e testemunha de fatos reais, como pontua Genro Filho (1987):

Como se pode notar pelo depoimento de Tom Wolfe, o "novo jornalismo" recorreu às formas literárias para obter um reforço da reportagem, para dizer algo que não estava sendo dito pelas formas usuais do jornalismo e que, por tais formas, seria quase impossível dizê-lo. O *particular estético* - ou o típico - permitia, então, a percepção de certos aspectos que o simples relato jornalístico cristalizado na singularidade não comportava. (GENRO FILHO, 1987).

O jornalismo literário, portanto, apresenta-se como uma estratégia narrativa que não só qualifica o texto jornalístico, mas também proporciona a ele uma dimensão amplificada de sentidos sobre a realidade reportada. Esta visão diferenciada de fazer jornalismo, que se utiliza amplamente de recursos literários, arrebatou jornalistas brasileiros como Gilberto Dimenstein, Zuenir Ventura, Fernando Morais, Caco Barcellos, Domingos Meireles e Ruy Castro, que encontraram no livro-reportagem o caminho para o registro de extensas reportagens neste estilo, além de Renan Antunes de Oliveira e Eliane Brum, com expressiva atuação na mídia convencional.

Eliane Brum: um estudo de caso

Uma sociedade de muros sempre vai precisar forjar monstros para seguir justificando a desumanização e o sistema não oficial de castas. Aqueles

que tentam se sentir seguros e criar seus filhos em segurança não estão inseguros porque há um outro ameaçador do lado de fora. Essa é só a aparência que mantém tudo como está. O que precisamos não é erguer muros cada vez mais altos, mas derrubá-los e nos misturarmos nas ruas da cidade. (BRUM, 2015).

Ao escrever a coluna intitulada “Mãe, onde dormem as pessoas marrons?”, na seção de Opinião do jornal *El País*, a jornalista, escritora e documentarista gaúcha Eliane Brum, ganhadora de mais de 40 prêmios nacionais e internacionais de reportagem e adepta do jornalismo literário, traz à tona a problemática social relacionada à falta de segurança pública generalizada nas cidades brasileiras como mote para a acalorada discussão sobre a redução da maioridade penal de 18 para 16 anos para alguns crimes graves, como os hediondos, cujo projeto de lei se encontrava em tramitação pelo Congresso Nacional, prestes a ser votado pela Câmara dos Deputados.

Dotada de um zelo narrativo impecável, a jornalista parte de um caso específico, que se compara ao de muitos outros, em que pessoas de classes econômicas A e B, para se sentirem seguras, precisam se guardar entre os muros de um condomínio fechado, planejando seus deslocamentos, também seguros, dentro de carros com vidros fechados e escurecidos por *insulfilm*, evitando o contato com a violência das ruas, para abordar a iminente discussão que poderia selar o futuro de milhares de adolescentes que sempre estiveram esquecidos do lado de fora dos muros dos condomínios, mas que passariam, com a aprovação da lei em votação na Câmara dos Deputados, para dentro das grades de uma prisão.

Assim como neste caso concreto, pela leitura das narrativas jornalísticas de Eliane Brum escritas para meios de comunicação tradicionais, é possível perceber que a repórter rompe com os padrões do jornalismo brasileiro ao se deixar impregnar por uma dimensão subjetiva, apropriada no contexto das demandas sociais e ancorada na singularidade que lhe é creditada, a qual é externada com o relato jornalístico que transcende o componente técnico e textual. Ao analisar as implicações da apropriação dos recursos literários pela prática jornalística para produção de sentido e qualificação da narrativa nas especificidades do jornalismo na produção da gaúcha, Martins e Sardinha (2013, p. 14) concluem que a narrativa ousada, do ponto de vista estilístico, “só faz sentido quando significa e produz sentido na perspectiva do que se espera do jornalismo como prática social imbuída de responsabilidades e funções sociais claramente demarcadas por uma dimensão conceitual e ética próprias desta prática.” (MARTINS; SARDINHA, 2013, p. 14).

Em toda a narrativa jornalística neste tópico analisada, constata-se que Eliane Brum, dotada de sensibilidade aguçada e olhar clínico materializado em texto metafórico, mas

também transparente, claro e objetivo, atíça o leitor para uma reflexão sobre as práticas sociais consolidadas pelo tempo que apenas afastam as pessoas dos problemas reais, sérios e gritantes, sem tocar no cerne da questão. O condomínio pode ser comparado a uma redoma que protege as famílias, enquanto a violência cresce lá fora, “onde dormem as pessoas marrons?”, conforme pergunta o menino à mãe no texto em análise. Desta forma, a jornalista tenta traduzir, de forma humanizada e em profundidade, os acontecimentos e as experiências vivenciadas com as personagens, como evidencia Fonseca (2013, p. 14):

A presença de Eliane Brum em suas narrativas revela-se, então, mais como um gesto opaco, que expõe sua intromissão em todo o processo de produção da notícia e estimula um olhar do leitor para o ato de mediação das narrativas e não só para o conteúdo. A repórter vez ou outra lembra ao leitor de que suas narrativas são resultado de uma ordenação sua, das escolhas que faz, de seu olhar sobre os fatos e os sujeitos. A repórter parece querer tirar o leitor da zona de conforto, fazê-lo entrar na história de forma mais consciente, entendendo que o jornalismo é um olhar que enquadra, portanto, não é uma cópia fiel da realidade, mas um recorte e também uma construção. (FONSECA, 2013, p. 14).

Fonseca (2013, p. 14) destaca, ainda, que “Eliane Brum busca outros autores, até mesmo acadêmicos, para refletir com ela por meio da intertextualidade, o que mostra sua abertura para um diálogo”, como ocorre no trecho abaixo da coluna jornalística em comento, em que a jornalista se respalda nas ideias publicadas pelo psicanalista Christian Dunker, as quais remetem à outra obra de arte, mais precisamente, cinematográfica, do renomado cineasta francês Jean-Luc Godard, para corroborar o pensamento que delinea toda a sua narrativa:

O Brasil atual é uma realidade esgarçada. Entre as mais recentes tentativas de compreendê-lo destaca uma bem interessante, proposta pelo psicanalista Christian Dunker. Está num livro que ele lançou há pouco, chamado *Mal-estar, sofrimento e sintoma – uma psicopatologia do Brasil entre muros* (Boitempo). Mas poderia chamar-se “Condomínio Brasil”. Dunker pensa o país a partir da lógica do condomínio, que tem em Alphaville, construído nos anos 70 nos arredores de São Paulo, sua expressão mais marcante. Vale a pena, como aponta o autor, lembrar o filme de Jean-Luc Godard de mesmo nome. *Alphaville*, o do cineasta francês, se passa em outro planeta, onde tudo é controlado por um computador central, o Alpha 60. Um agente secreto é enviado a Alphaville para destruir o computador e eliminar seu criador. Em Alphaville não há singularidades. Amor, poesia ou emoção estão proibidos. São vetadas as interrogações. É banido o “por quê?”. Só é permitido o modo explicativo: “porquê”. (BRUM, 2015).

Com base na análise proposta neste *paper* sobre a narrativa em tela, constata-se que, através do jornalismo literário, Eliane Brum desempenha, por meio do relato veraz e crível sobre os fatos e acontecimentos cotidianos, o papel social de jornalista condizente com o que se espera da atuação deste profissional nas democracias contemporâneas. Ela é a narradora que se posiciona como testemunha do real para elucidar e socializar os conflitos, buscando a compreensão das ações dos sujeitos sociais, ao mesmo tempo em que capta os referenciais simbólicos da cultura para atribuir sentido aos fenômenos sociais.

Considerações finais

Apesar das crescentes discussões, nos últimos anos, sobre a expansão do campo para a realização do jornalismo literário no Brasil, ainda são escassos os textos do gênero na grande imprensa, sob o argumento dos dirigentes das instituições e empresas de comunicação de que as equipes são reduzidas, em virtude dos baixos orçamentos destinados à produção jornalística, o que dificultaria a apuração mais cuidadosa e investigação minuciosa, por um período maior de tempo, do repórter em campo, bem como a produção de textos mais elaborados e reflexivos, culminando com a subjugação do público, acusado de não ter interesse em ler textos longos, o que propaga a generalizante tese já amplamente difundida na cultura nacional de que o brasileiro não gosta de leitura.

Entretanto, no que diz respeito à suposta falta de interesse dos leitores, se houvesse a oferta de conteúdo jornalístico de qualidade, com questões de ampla relevância social que pudessem gerar repercussão direta na vida das pessoas, o problema poderia ser paulatinamente superado com a tomada de consciência de que aquele produto que está sendo oferecido pode viabilizar o melhor exercício da cidadania, acarretando, consequentemente, na procura por narrativas caudalosas que atenderiam não só ao interesse público, mas também ao interesse do público.

Tal estratégia reverberaria, ainda, em maiores receitas para o setor patronal que poderia destinar recursos para o investimento em mão-de-obra qualificada apta a viabilizar conteúdos desta natureza, assim como propiciar melhores condições para o atendimento aos quesitos necessários para atingir o resultado no estilo almejado, sem perder de vista as demandas sociais.

REFERÊNCIAS

ANJ – Associação Nacional de Jornais. **Código de Ética e Autorregulamentação**. Disponível em: <http://www.anj.org.br/quem-somos/codigo-de-etica/index_html>. Acesso em: 26 abr. 2012.

_____. **Programa permanente de autorregulamentação da ANJ**, 2011. Disponível em: <http://www.anj.org.br/servicos/cartilha-autorregulamentacao/Cartilha_ANJ_Final.PDF>. Acesso em: 26 abr. 2012.

ARRUETA, J. C.; FERNANDES, M. Formação cultural e agentes de escrita: o retorno do Jornalismo Literário e a renovação das formas de narrar. In: **Anais do XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Manaus, 2013. ISSN 2175-4683. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2013/resumos/R8-0081-1.pdf>>. Acesso em: 08 jul. 2015.

BRUM, E. “Mãe, onde dormem as pessoas marrons?”. *El País*: o jornal global, Brasil, 22 jun. 2015. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/06/22/opinion/1434983312_399365.html>. Acesso em: 06 jul. 2015.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. **Ética no jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2008.

FENAJ: Federação nacional dos Jornalistas. **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros**. Vitória, 2007. 4p. Disponível em: <http://www.fenaj.org.br/federacao/cometica/codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2015.

FONSECA, I. A. Guinada subjetiva no jornalismo: um olhar opaco em direção às narrativas da repórter Eliane Brum. In: **Anais do XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Manaus, 2013. ISSN 2175-4683. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2013/resumos/R8-0287-1.pdf>>. Acesso em: 08 jul. 2015.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Tchê, 1987.

GOMES, Pedro Gilberto. **O jornalismo alternativo no projeto popular**. 1. ed. São Paulo: Paulinas, 1990.

KARAM, F. J. C. **Formação e Ética Jornalística**. 4º Fórum Nacional de Professores de Jornalismo, Campo Grande, 2001.

_____. **Jornalismo, ética e liberdade**. São Paulo: Summus, 2014.

MARTINEZ, M. Jornalismo literário: a realidade de forma autoral e humanizada. In: **Estudos em jornalismo e mídia**. Florianópolis, ano VI, n. 1, jan/jun 2009, p. 71-83. ISSN 1984-6924.

Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2009v6n1p71/10420>>. Acesso em: 16 jul. 2015.

MARTINS, L. J.; SARDINHA, A. C. Jornalismo e literatura na reportagem de Eliane Brum. In: **Anais do XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Manaus, 2013. ISSN 2175-4683. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2013/resumos/R8-0637-1.pdf>>. Acesso em: 08 jul. 2015.

MEDINA, C. A. **Entrevista**: o diálogo possível. 4. ed. São Paulo: Ática, 2000.

NECCHI, V. A (im)pertinência da denominação “jornalismo literário”. In: **Estudos em jornalismo e mídia**. Florianópolis, ano VI, n. 1, jan/jun 2009, p. 99-109. ISSN 1984-6924. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2009v6n1p99/10420>>. Acesso em: 09 jul. 2015.

PAULINO, F. O. Responsabilidade Social da Mídia: análise conceitual e perspectivas de aplicação no Brasil, em Portugal e na Espanha. In: CHRISTOFOLETTI, Rogério; MOTTA, Luiz Gonzaga. (Org.). **Observatórios de mídia**: olhares da cidadania. São Paulo: Paulus, 2008. (Coleção Comunicação), p. 35-51.

PENA, F. O jornalismo literário como gênero e conceito. In: **Anais do XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Brasília, 2006. ISBN 85-88537-13-3. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R1506-1.pdf>>. Acesso em: 18 mai. 2014.

PUDDEPHATT, Andrew. **A importância da autorregulação da mídia para a defesa da liberdade de expressão**. Brasília, Unesco, Série Debates CI, n. 9, 2011. Disponível em: <<http://www.global-partners.co.uk/wp-content/uploads/Importance-of-self-reg-Portuguese.pdf>>. Acesso em: 06 mai. 2013.

ROCHA, A. O.; BULHÕES, J. A. D.; LACERDA, J. S. Ética jornalística em grandes reportagens: Reflexões acerca da obra “O olho da rua”, de Eliane Brum. In: **Anais do XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Manaus, 2013. ISSN 2175-4683. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2013/resumos/R8-0726-1.pdf>>. Acesso em: 08 jul. 2015.

ROTHBERG, D. Jornalismo e informação para democracia: parâmetros de crítica de mídia. In: CHRISTOFOLETTI, Rogério; MOTTA, Luiz Gonzaga. (Org.). **Observatórios de mídia**: olhares da cidadania. São Paulo: Paulus, 2008. (Coleção Comunicação), p. 21-34.

SILVA, L. M. O jornalismo como teoria democrática. In: CHRISTOFOLETTI, Rogério; MOTTA, Luiz Gonzaga. (Org.). **Observatórios de mídia**: olhares da cidadania. São Paulo: Paulus, 2008. (Coleção Comunicação), p. 07-20.